



SEGURANÇA PÚBLICA

Sob pressão do governo, relatório ganha 4ª versão

Derrite muda novamente o parecer do Projeto Antifacção, atendendo a mais uma demanda do Executivo e inclui previsão de recursos para a Polícia Federal no caso de bens apreendidos em operação contra facções. Motta anuncia votação na terça-feira

» LUANA PATRIOLINO
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAPHAEL PATI

O deputado Guilherme Derrite (PP-SP) apresentou, ontem, a quarta versão do relatório do Projeto de Lei Antifacção. Para atender a um pedido do governo federal, o novo texto, rebatizado de Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, prevê destinar bens apreendidos em operações ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o projeto será votado na próxima terça-feira.

No parecer repaginado, Derrite estabelece que a destinação dos recursos oriundos de apreensão de bens de traficantes e membros de organizações criminosas fique dividida da seguinte forma: se o crime for investigado pelas autoridades locais, os bens apreendidos devem ir para o Fundo de Segurança Pública do respectivo estado; se o delito for apurado pela Polícia Federal, ao Funapol; se houver atuação conjunta, divisão em partes iguais.

Ele também incluiu previsão de aumento de pena para crimes cometidos com uso de drones, equipamentos de contrainteligência e tecnologias de georreferenciamento em operações repressivas. Em outro ajuste, o parecer prevê a possível sobreposição de tipos penais na legislação. Criou um termo para diferenciar as organizações criminosas, tipificando o crime como “organização criminosa ultraviolenta”.

Mais cedo, o Ministério da Justiça havia divulgado uma nota manifestando preocupação com a destinação genérica dos recursos e fazendo uma série de críticas à versão anterior do relatório. Por meio de nota, a pasta disse que “acompanha com preocupação” o texto, pois identificou pontos que representam “retrocessos jurídicos e institucionais inaceitáveis”.

O órgão citou que, mesmo após o recuo do relator em limitar as

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Guilherme Derrite (E) ouve manifestação de Lindbergh Farias na Câmara. Líder do PT mantém críticas ao relatório do parlamentar paulista

atribuições constitucionais da Polícia Federal, a terceira versão, protocolada na terça-feira, possuía trechos problemáticos sobre o financiamento de atividades da corporação. Para o ministério, havia destinação genérica dos recursos oriundos de apreensão de bens de traficantes e membros de organizações criminosas para os fundos estaduais ou distritais de Segurança Pública.

“O primeiro (trecho) deles é a insistência em debilitar financeiramente a Polícia Federal e as demais forças de segurança da União mediante o desvio de recursos a elas destinados para fundos estaduais, ao invés de criar instrumentos para descapitalizar o crime organizado, como constava do projeto

originalmente enviado pelo governo à Câmara”, escreveu a pasta.

Já a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, havia pedido a Motta mais tempo para que o projeto fosse colocado em votação.

Segundo ela, uma prorrogação dá ao governo a oportunidade para conversar com o relator sobre pontos considerados “inegociáveis”. Um deles é o fato de o relatório apresentado por Derrite alterar o tipo de crime “facção criminosa” por “organização criminosa”.

“A organização criminosa é caracterizada quando quatro pessoas cometem crime, aí você pode classificar como organização criminosa. Por isso, nós (o governo) criamos o tipo (de crime) para facção para fazer

exatamente essa diferenciação (entre organização e facção criminosa)”, disse Gleisi a jornalistas no Palácio do Planalto. “Nós achamos que isso, do ponto de vista de didática, é muito difícil ficar explicando. E, segundo, que ao fazer isso (a mudança), ele não revoga expressamente artigos da lei dos crimes das organizações criminosas. Então, vamos passar a ter duas legislações vigorando, o que vai ser muito ruim do ponto de vista judicial.”

Segundo fontes próximas à Secretaria de Relações Institucionais, essa alteração na nomenclatura dos crimes confundiria a justiça e poderia beneficiar justamente os criminosos. Antes de comentar os pontos considerados inegociáveis pelo Planalto, a ministra Gleisi Hoffmann participou

de reuniões com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e representantes da Casa Civil.

A ministra também classificou como “inegociáveis” pontos no relatório de Derrite que retiram a “assíxia financeira” de facções. “Nós colocamos no projeto que essas facções perdem os seus bens, perdem todo o seu material a partir do momento que começa a investigação. No relatório, isso só vai acontecer depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Então, até lá, você corre o risco de não ter como capturar esses bens, não ter como asfixiar financeiramente a organização criminosa”, pontuou.

O ministro da Fazenda, Fernando



Teremos pauta única na próxima terça-feira, para que a Casa possa fazer uma ampla discussão e a votação dessa matéria que é tão importante para nosso país”

Hugo Motta (Republicanos-PB),
presidente da Câmara

Haddad, também defendeu mais tempo de discussão sobre a proposta, e citou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que também está em tramitação no Congresso.

“O que eu entendo é o seguinte: um projeto dessa envergadura, ele tinha que, primeiro, qual o relatório definitivo? Deixa em consulta. Deixa duas semanas para ser discutido, três semanas para ser discutido, qual é o problema? A nossa PEC da Segurança Pública está há quantos meses no Congresso sendo debatido?”, questionou o chefe da pasta.

O titular da Fazenda também disse não saber ainda qual texto que deve ser votado na Câmara. E criticou Derrite. “Você vai colocar isso a perder em função do açodamento de um relator que, com todo respeito, não é propriamente uma pessoa que entenda de inteligência de investigação, não é uma pessoa versada em investigação e inteligência contra o crime organizado. Então, para que esse açodamento? Nada contra. O deputado não precisa ser especialista em tudo. Mas quanto menos você sabe, mais você busca apoio de quem sabe”, frisou. As declarações ocorreram após o ministro participar de reuniões com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Governadores apoiam relator

» VANILSON OLIVEIRA
» LETÍCIA CORREIA*
» DANANDRA ROCHA

Governadores de direita se reuniram, ontem, com o relator do PL Antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), e manifestaram apoio à proposta. O encontro ocorreu na sede da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, em Brasília.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse que é preciso aprovar um texto mais abrangente e duro no que se refere às penalidades do crime organizado. “Eu sou defensor de que se inclua o terrorismo, mas não posso interferir no trabalho do relator nem nas bancadas. Se estivesse no plenário, defenderia. Esse tema tem hoje aprovação de mais de 80% da população”, sustentou.

Ele também destacou a necessidade de monitoramento sem autorização judicial em presídios de segurança máxima, além do fim das visitas íntimas.

Por sua vez, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que o Brasil carrega o

troféu de campeão mundial de homicídios. “Somos o país campeão em blindagem de carro, e parece que isso é o normal no mundo, mas não é. É mérito da direita fazer esse movimento. Sou favorável a fazer um movimento ainda mais forte. Mesmo não sendo o que vai acontecer no momento, mas todo avanço é bem-vindo”, frisou. Também estiveram no encontro o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL) e a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

Em seguida, o grupo, reforçado com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, se reuniu com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Pediu ao deputado a suspensão da votação de projetos de combate ao crime organizado, incluindo o PL 5582/25, relatado por Derrite. Pouco depois, Motta anunciou o adiamento.

Em sua justificativa, o presidente da Câmara afirmou que é preciso ouvir a sociedade, a classe política e os demais Poderes, principalmente quando o assunto é segurança pública. “Quando se trata de

Estádio Conteúdo



segurança pública, esse debate precisa ser mais abrangente. Ninguém é dono dessa pauta, ela não pertence a um lado ou a outro”, frisou.

Motta ressaltou ser preciso modernizar a legislação brasileira, possibilitando que o Poder Judiciário possa atuar mais firmemente no combate ao crime organizado. Acrescentou que, apesar das divergências das bancadas, acredita que

o tema é de interesse de todos e precisa ser discutido com cautela. “Os governadores trouxeram relatos dos seus enfrentamentos contra o crime organizado e solicitaram mais tempo para o debate”, explicou.

Ele afirmou também que é necessário um trabalho conjunto para a construção de um texto “possível, que contemple o que o Brasil precisa, ouvindo os líderes e as

lideranças da Casa”. Pediu paciência para que o relator possa apresentar o relatório e, assim, permitir que a matéria siga adiante em outro momento.

Na saída do encontro, Castro declarou ter pedido 30 dias para avaliar, de forma minuciosa, os projetos que tratam do aumento de penas contra o crime organizado. Ele defendeu que a proposta

Castro com Mello, Celina e Caiado: governador do Rio pediu prazo para analisar projetos de segurança pública

não seja votada às pressas e que o debate passe por Judiciário e Senado, além de secretários estaduais e operadores da segurança pública. “Quem opera a segurança pública são os estados. Não adianta fazer um projeto sem ouvir os estados, sem saber se aquilo que está sendo votado vai ajudar os estados”, disse.

Caiado fez questão de frisar que o tema não é assunto de campanha eleitoral. “Ninguém é dono da verdade. Esse assunto não é um assunto de campanha eleitoral, é um assunto de governabilidade. Tanto é que a sociedade não está preocupada com campanha eleitoral. A sociedade está preocupada com segurança pública”, garantiu.

Celina Leão, por sua vez, ressaltou que “cada um dos governadores colocou algum ponto que a gente precisa abordar, aproveitar essa grande oportunidade desse grande debate”. Ela apoiou o adiamento. Enfatizou, ainda, a importância do tema da segurança pública para as mulheres.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**